

FILOSOFIA DA LINGUAGEM DO SÉCULO XVIII *

At nightfall, in the rigging and the aerial
Is a voice descanting (though not to the ear
The murmuring shell of time, and not in any language)

T. S. Eliot. *The Dry Savages*. III

I. Como ponto de partida desta reflexão, surgiu-me um texto de Genette, *Fiction et Diction* (1991), que muito embora se articule em pressupostos de uma teoria dos géneros elaborada em *Introduction à l'Architexte* (1979), se propõe tratar os regimes e critérios pelos quais a Poética ocidental, desde a sua constituição aristotélica, tem definido e avaliado a literatura.

A perspectiva tomada baseia-se em dois «regimes de literariedade» definidos por Genette na linguagem humana — o constitutivo ou essencialista e o condicional — e remete, paradigmaticamente, para instâncias histórico-periodológicas em que se tornam evidentes as inflexões sobre o género¹. Numa síntese necessariamente redutora de todo o aparato conceptual que fundamenta *Fiction et Diction*, poder-se-ão designar como poéticas essencialistas (ou constitutivistas) as poéticas (ditas tradicionais) centradas no pólo ficcional (ou «temático») da literatura e, deste modo identificando os eixos representacionais da *mimesis* e da *poiesis*, e como poéticas condicionalistas todas as outras que se orientam para uma definição do literário a partir de planos diccionais (ou «remáticos»). Os dois tipos de poética não são

* Texto desenvolvido a partir de uma comunicação com o mesmo título proferida no âmbito do XX Encontro da APEAA na Póvoa de Varzim (Março 1999).

¹ A noção de «literariedade» é assumida por Genette numa explícita referência a Jakobson que, de resto, no texto em causa, se torna representativa dos princípios da poética formalista-estruturalista.

mutuamente exclusivos na cronologia histórica da Poética ocidental; todavia, é nas estruturas racionalistas da cultura europeia do século XVIII que começa a afirmar-se com maior clareza a consciência de um processo de mutação nos princípios tradicionais de juízo literário.² Assim, o período setecentista, marcado por importantes cisões epistemológicas que determinam rumos ideológicos, políticos e sociais irreversíveis na cultura ocidental até aos nossos dias, é aqui assinalado fundamentalmente como um espaço de convergência e disseminação das fortes correntes do pensamento racionalista europeu do século XVII, paradigmáticas em Descartes e Locke, sem esquecer a influência directa das reflexões filosófico-matemáticas de cientistas como Newton e Leibniz. Genette estabelece o esquema da passagem das poéticas miméticas para as poéticas linguísticas, referindo-se ao processo «longo e laborioso» de transformação dos critérios clássicos tradicionais (*fictionais*) de ajuizamento do literário nos critérios modernos (*diccionais*) que definem os padrões de literariedade a partir do Romantismo. No entanto, o texto genettiano é lacunar precisamente quanto à identificação do momento desta viragem:

L'histoire de la poétique, explicite ou implicite, montre qu'elle s'est partagée entre deux critères possibles, que je qualifierai très grossièrement, l'un, de *thématique*, l'autre de *formel*. J'ajoute dès maintenant, bien que mon propos ne soit pas ici d'ordre historique, que l'histoire de la poétique essentialiste peut être décrite comme un long et laborieux effort pour passer du critère thématique au critère formel, ou du moins pour faire sa place au se-cond, à côté du premier.³

Naturalmente, a razão deste tipo de lacunas em *Fiction et Diction* está salvaguardada pelo facto de Genette se demarcar de um objectivo puramente histórico-descritivo na análise das questões propostas, o que não implica a negação da importância da ordem histórica como necessariamente subjacente. É nesta ordem que surgem relativizados os vários períodos de uma cultura, de acordo com a dimensão da sua influência em épocas posteriores, algo que permitirá a Genette não relevar as origens da subversão setecentista do

² O problema aqui tratado envolve todo o questionamento kantiano dos pressupostos da razão pura e da impossibilidade de um conhecimento metafísico por via do entendimento humano. A sequência articulada das três Críticas, culminando na síntese de 90 com a *Crítica da Faculdade de Julgar*, é representativa da influência de Kant não só no pensamento seu contemporâneo, mas igualmente em esteiras posteriores das filosofias dos séculos XIX e XX.

³ GENETTE, G. — *Fiction et Diction*, Paris, Seuil, 1991, 15-16.

racionalismo, mas o «longo e laborioso esforço» idealista enraizado nas correntes teóricas alemãs do Romantismo, reformulado nos finais do século XIX com Mallarmé e progredindo, já no século XX, nos formalismos de Valéry e de Jakobson, bem como nas sequências estruturalistas de Todorov e Barthes.

II. Considerarei a ‘lacuna’ do texto de Genette como o meu ponto de partida, e a atenção recai-me sobre o século XVIII como ponto de viragem fulcral do processo acima delineado, concentrando-se no espaço de influência do pensamento da linguagem nos limites do Iluminismo europeu. É neste sentido que se me afigura pertinente a análise do conceito de mundos possíveis, não na acepção que a estética da recepção de Eco irá formular, já no pós-estruturalismo do século XX, mas na concepção leibniziana das relações entre a língua e o mundo.

Em termos histórico-literários tem-se minimizado, ou mesmo esquecido, a importância — ainda que relativa — da chamada poética suíça dos mundos possíveis, na qual é reassimilado e reorganizado o pensamento leibniziano da linguagem poética que permite uma alternativa original aos esquemas tradicionais da representação mimética.⁴ A base desta questão assenta na dupla relação que a poética dos mundos possíveis estabelece com a retórica da elocução e, sobretudo, com a semiótica. Curiosamente, a poética romântica não prosseguirá com a alternativa não-mimética dos mundos possíveis, mas irá expandir até ao limite a epistemologia transcendental kantiana, no desenvolvimento da filosofia do sujeito, na reformulação do problema do estético e na redefinição dos padrões formais de ciência e disciplina científica.

A reavaliação da proposta leibniziana surge apenas na poética contemporânea, «no momento em que o conceito de ‘auto-referencialidade’ da literatura revelou os seus limites, ao passo que a velha doutrina da mimese não pode ressurgir como uma doutrina viável das ficções literárias» (Dolezel, 1990, 87).⁵ Esta ordem de reflexões, porém, vai ser deixada em suspenso, pelo menos de momento, para dar lugar à discussão sobre o modos pelos quais, no

⁴ Cf. DOLEZEL, Lubomir — *A Poética Ocidental: Tradição e Inovação*, Lisboa, Gulbenkian, 1990, 57-87.

⁵ É de salientar a pertinência, não exclusiva naturalmente, da lógica e da filosofia da linguagem de Wittgenstein, na sua ultrapassagem do neopositivismo da semântica modal, as respectivas reflexões de Heidegger e Derrida sobre as origens e aporias da linguagem poética, as problematizações de Foucault sobre as ordens da linguagem, do mundo e do saber, e de modo geral as vertentes da recepção articuladas em torno das teorias de Jauss e Iser bem como das visões hermenêuticas de Gadamer, Hirsch, Ricoeur.

século XVIII, todo o pensamento lógico da linguagem conduziu, ainda que nem sempre da forma mais explícita e verdadeiramente auto-consciente, a uma importância crescente dos planos de representação linguística do real.

II.1. A visão que o século XVIII racionalista tem da linguagem enquadra-se nos pressupostos cartesianos que configuram a *Gramática de Port-Royal* (1660) dos ‘Solitários’ C. Lancelot e A. Arnault, ou seja, uma «Gramática geral» da língua (francesa, neste caso) indissociável da «Lógica». ⁶ De resto, em 1662 surge a publicação conjunta de A. Arnault e P. Nicole de *Logique ou L’Art de Penser*, na qual os autores assinalam inequivocamente a correspondência do signo linguístico com o signo lógico. ⁷ A língua é considerada como um sistema de signos, no qual as palavras e as expressões linguísticas representam ideias que, por sua vez remetem para objectos. Assim, a gramática é o estudo de um objecto, a língua, enquanto apenas signo da dimensão lógica / natural que revela a verdade das coisas. Nesta ordem de ideias, o fundamento da língua é uma ‘ratio’ comum e necessária na qual, mas também na sua diferença, à distância, se estabelece o jogo dos signos (formas) propriamente linguísticos, de acordo com leis específicas das construções de linguagem. Consequentemente, todo o sistema semiológico da linguagem humana, na diversidade das línguas, assenta num único sistema de regras lógicas, dentro do qual se articula uma espécie de constante: a natureza humana.

Neste contexto, abordar a semiótica leibniziana permite ver com clareza o modo como a partir do projecto de construção lógico-matemática de uma língua universal — a *lingua philosophica* — se abre caminho para uma nova dimensão — estética — de representação do mundo pela linguagem.

Em primeiro lugar, é importante definir em Leibniz uma perspectiva de estudo da linguagem, enquanto sistema de signos, no âmbito do estudo mais vasto das leis universais que regem, respectivamente, os planos físico e metafísico da existência. Na sequência dos empirismos de Locke e Hobbes, Leibniz assume a arbitrariedade dos significados originais dos signos, concluindo acerca da ilogicidade e inadequação das línguas reais na expressão e representação, não só das coisas, mas também das categorias lógicas do pen-

⁶ *Grammaire générale et raisonnée*, Paris: Paulet, 1969.

⁷ MARIN, Louis (ed.), Paris: Flammarion, 1970. Cf. KRISTEVA, *Le Langage, cet inconnu*, Paris, 1969 (trad. port. *História da Linguagem*, Lisboa, Ed. 70, 1983, pp. 185-223).

samento, subjacentes ao próprio progresso científico. Tal como a Newton, a Leibniz fascina a operatividade da matemática na resolução racional de questões levantadas pela astronomia, pela física e pela filosofia natural, pelo que o seu projecto de uma *lingua philosophica* serviria o ideal de uma ciência universal que reflectisse a unidade do mundo e reorientasse a diversidade dos saberes.

Essa ciência universal, simultaneamente uma *mathesis universalis* e uma *characteristica universalis*, assentaria num número finito de conceitos hierarquicamente estruturados, com base em relações de inclusão ou subordinação, podendo ser reduzidos a conceitos cada vez mais básicos até à definição das ideias simples ou primárias. Consequentemente, só a redução das operações mentais a operações elementares simbolizadas matematicamente permitiria, através das possibilidades de verificação e controle proporcionadas, a garantia de uma necessidade lógica presidindo à cadeia dedutiva das conclusões do conhecimento. Para Leibniz, a matemática, especialmente na aritmética e na álgebra (Descartes falava da geometria), mais do que uma cadeia de razões que sustentava uma possível ordem do mundo, era antes uma forma mecânica que operava com símbolos, uma *escrita* do mundo com traços visíveis no papel, um *filum palpabili, filum Ariadnes*.

As noções derridianas de arqui-escritura da *différance* irão de algum modo articular-se com estes pressupostos da linguística filológica iluminista que procurou a origem das línguas reais na anterioridade do Logos grego e do primado da *phoné*, no traçado hieroglífico das escritas míticas.⁸ Deve recordar-se o interesse de filólogos historiadores como Kircher, no século XVII, por exemplo, por civilizações antigas como a chinesa e a egípcia, dedicando-se à descoberta e comparação dos respectivos alfabetos de signos e figuras simbólicas, elaborando tabelas com numerosas tipologias de escrita.⁹ É neste sentido que se compreende em Leibniz o ideal de uma língua universal como construção artificial a partir do sistema das línguas naturais, quer *a posteriori*, ou seja, na reconstituição de uma mítica linguagem original, quer *a priori*, no recurso à lógica algébrica que estrutura os signos matemáticos.

⁸ A dilucidação destas possíveis correlações entre o pensamento da linguagem do século XVIII e fundamentos das poéticas pós-estruturalistas não pode ser encarada com ligeireza, pelo que a referência incluída no texto deste ensaio tem a intenção de um breve apontamento, ou parêntesis.

⁹ V. DAVID, Madeleine — *Le débat sur les écritures aux XVII e XVIII siècles et l'application de la notion de déchiffrement aux écritures mortes*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1965.

No primeiro caso, na possibilidade de uma linguagem reveladora do mito original da motivação ontológica entre signos e coisas, Leibniz segue a via complexa que liga a visão platónica do onomaturgo cratiliano com a influência medieval tardia da *Ars Magna* de Ramón Llull e, igualmente, com os conceitos da *Natursprache* de Böhme. Apenas para identificar esquemática e redutoramente o contexto de saberes e influências que subjaz ao pensamento leibniziano da linguagem, deve lembrar-se que a ligação a Platão se efectua na articulação lógico-semântica que implica na ‘verdade da enunciação’ do Logos um isomorfismo dos signos originais com a natureza das coisas (*physei*). Deve lembrar-se igualmente a dimensão heurística de *De Arte Combinatoria* (1660) leibniziana, na assimilação da *Ars Magna* de Llull.¹⁰ Do mesmo modo, convém especificar que a referência à ‘Língua da Natureza’ em Böhme implica necessariamente a síntese da ‘teoria das assinaturas’ de Paracelso, o mito da língua adâmica — não identificada com o hebraico — e as teorias cabalísticas da linguagem.

Em suma, o processo *a posteriori* de reconstituição histórica da língua original, adâmica, coincidente com a ontologia da própria natureza, recorre sobretudo às investigações arqueológicas e filológicas para tentar descobrir nas línguas contemporâneas a textura interior do alfabeto que presidira ao mecanismo nominalista da criação. Neste âmbito de reflexões, a diferença fundamental da proposta leibniziana face à reflexão seiscentista de Böhme reside no modo de cada qual considerar o problema da mediação linguística, na sua opacidade e densidade, relativamente às coisas designadas. Tanto para Böhme como para Leibniz, só é possível reconhecer a proximidade da linguagem com o mundo no plano do significante. Böhme, porém, remete para o conhecimento da revelação a sua intuição de uma analogia sensual entre os significantes das línguas reais e os da língua original. Por sua vez, Leibniz identifica, por via do conhecimento científico, uma relação genealógica entre as línguas vernáculas e a língua original.

Esta premissa serve de eixo para o segundo caso acima especificado, na construção artificial *a posteriori* de uma língua universal: um ‘princípio de razão suficiente’ existiria como contiguidade causal entre as coisas e a expressão linguística. Em ambas as construções reside implícito um princí-

¹⁰ A influência conjugada de Llull e Leibniz remete para a publicação em Amsterdão, em 1664, da *Ars Magna Sciendi* de Kircher, a qual empreende uma crítica da arbitrariedade do signo (letras) defendida por Llull e, tal como Leibniz, se empenha na construção de um alfabeto simbólico tão ‘natural’ quanto possível.

pio pré-estabelecido de harmonia como garante da correspondência entre a mente humana e a realidade, mediada por uma gramaticalidade semiótica comum. Tanto por via da revelação como pela da razão científica o objectivo leibniziano de uma língua universal artificial é o de suplantar a arbitrariedade do signo linguístico e re-constituir a sua motivação perdida. Assume particular importância neste contexto a investigação que sistematicamente efectuou sobre os significantes fonográficos e sobre a análise das potencialidades onomatopaicas, aliterativas, e sinestésicas da língua, bem como a composição morfo-sintáctica e semântica das suas estruturas. Muito consistentemente, Leibniz formula o conceito de ‘ideografia’ como sistema de notação ideal da língua universal. A este nível de relações compreende-se a possibilidade de uma análise do pensamento através da análise dos caracteres, ou signos, da língua filosófica, e a importância destes dados para a descoberta e a demonstração da verdade. Em última análise, e explicitando um conceito referido mais acima, o conhecimento da língua dos caracteres lógico-filosóficos conduziria à configuração do sentido universal do saber, designado por Leibniz como *characteristica universalis*.

II.2. Verifica-se, então, que o entendimento do século XVIII sobre as relações de verdade entre mundo e as palavras começa a subverter uma importante ordem de valores sustentada pelos empirismos racionalistas. As noções de artifício e desvio da linguagem comunicacional passam subtilmente a identificar uma semiologia adequada e lógica à verdadeira representação do mundo.

É precisamente este princípio que fundamenta a semiótica dos mundos possíveis e permite uma reorientação da tradicional retórica da elocução. Assim, o estudo dos artifícios da língua literária — tropos e figuras propriamente ditas — passa a ser a condição essencial da poética, disposta agora a apreciar os modos não miméticos mas evocativos e inovadores das ficções. A semiótica leibniziana é fundamental para o entendimento deste plano de subversões ao empirismo do século XVII e abre caminho para as brechas inevitáveis das poéticas classicistas da imitação da natureza. As dimensões alargadas do real da natureza, não só pelo próprio condicionalismo das descobertas científicas, mas também pela ‘invenção’ — construção artificial — de uma língua mais adequada à ordem do mundo e dos homens, porque mais desviada do seu uso ‘normal’, comunicacional, permitem uma reformulação das relações da literatura com o real, bem como uma transformação dos

paradigmas que tradicionalmente condicionavam os binómios *mimesis* / ficção, *poiesis* / ficção.

É no contexto breitingeriano da poética dos mundos não reais, mas possíveis, que se estabelece um limiar para a nova definição do estético, equacionado com padrões nascentes de imaginação, criação e inovação, através da desautomatização dos sentidos adormecidos pelo hábito: *O estudo breitingeriano dos artificios evocativos da linguagem poética devia ser lido como uma primeira instância do emergente modo linguístico da poética.* (Dolezel, 1990, 81). Em síntese, este ‘modo linguístico’, que identifica a poética dos mundos possíveis e estabelece os fios de continuidade com as poéticas românticas e pós-românticas posteriores, articula no século XVIII as áreas em franco desenvolvimento do saber científico com as respectivas mutações dos esquemas morais humanos que determinam as orientações da sensibilidade e do gosto, da espiritualidade e das mentalidades em geral.

Compreender o novo questionamento da poética dos mundos possíveis face ao real implica um esclarecimento da noção leibniziana de possível. Em primeiro lugar, a ontologia de Leibniz, afastando-se das de Descartes e Espinosa, estabelece a existência de dois planos, ambos provenientes de Deus, o das ‘verdades eternas’ e o das ‘verdades de facto’ ou contingentes. A diferença entre os dois planos determina-se pela diferente ordem de necessidade que presidiu à sua criação: o plano das verdades eternas provém de Deus por necessidade metafísica, o plano das contingências provém igualmente de Deus, todavia, por necessidade física ou moral. A questão da existência assume-se relativamente aos dois planos acima referidos e articula-se com a noção lógico-matemática de possibilidade. Para Leibniz, existem não todos os possíveis, como defendia Espinosa, mas os melhores possíveis que são entre si *compossíveis*.¹¹ Delimitando agora o plano da existência física e contingente, Leibniz reúne as noções de real (*realia*) e de imaginário (*imaginaria*) dentro da categoria dos fenómenos, como conjunto de todos os possíveis, e não apenas os compossíveis. No entanto, estabelece o âmbito do real para a existência unicamente dos compossíveis, os melhores (ou os adequados), remetendo para o âmbito do imaginário todos os possíveis que não compossíveis. O problema da ficção literária coloca-se no domínio fenomenal do imaginário, ou seja, da possibilidade infinita que, todavia, nunca é compos-

¹¹ LEIBNIZ, Gottfried W. — *Mathematische Schriften*. 7 Bd. Hersg. v. Carl I. Gerhardt. Hildesheim: Olms, 1962, III.

sível. As personagens de um romance, por mais realistas (verosímeis) que possam apresentar-se, incluindo figuras históricas, não existem de facto no mundo dos *realia*, não são compossíveis com as pessoas reais — «a não ser que alguém imagine certas regiões poéticas na infinidade do espaço e do tempo, onde possamos ver, errando pela terra, o rei Artur da Grã-Bretanha, o Amadis de Gaula e o fabuloso Dietrich von Bern inventado pelos alemães». ¹² Assim, o universo da natureza a representar já não é o real empírico das nossas percepções e vivências mas o domínio da imaginação subjectiva de todos os possíveis, no qual não é absolutamente necessária a coesão das leis físicas ou morais, mas a coesão lógica de uma linguagem que sabe criar e configurar outros modelos de mundo, outras ordens de valores, jogando com a alteração das leis da natureza e a mecânica dos movimentos que anima diferentemente os corpos no espaço e no tempo.

É esta relação tão explicitamente física — e muito pouco metafísica — com a dinâmica dos fenómenos naturais, dos corpos na sua substancialidade intrínseca, da linguagem na sua abertura imensamente plástica, até aos limites mais artificialmente originais, mais puramente fantásticos, da ciência e da poesia, que permite a Leibniz definir o corpo como *mente momentânea* ou que *carece de recordação*, integrar o maravilhoso na consistência das escritas, como mitografias do presente, trabalhar as raízes de todos os passados e aí procurar as razões algébricas, as fórmulas alquímicas, de todos os tempos, de todos os mundos e de que Deus ou deuses.

Filomena Aguiar de Vasconcelos

¹² *Nouvelles lettres et opuscules inédits de Leibniz*. Précédés d'une introduction par Louis A. Foucher de CAREIL. Paris: Durand, 1857. (Cf. trad. do ref. passo DOLEZEL, 1990, 67).